

# CONSTRUIR, NAVEGAR, (RE)USAR O DOURO DA ANTIGUIDADE

COORD.  
LINO TAVARES DIAS  
PEDRO ALARCÃO

Título: ***Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade***

Coordenação: Lino Tavares Dias, Pedro Alarcão

Design gráfico: Helena Lobo | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Fotografia da capa: *Leito do rio Douro entre Porto Manso (Baião) e Porto Antigo (Cinfães)*.

Fotografia de A. Loureiro Tavares, Agosto 1960.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | [www.citcem.org](http://www.citcem.org) | [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

ISBN: 978-989-8351-95-1

Depósito Legal: 450319/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

# ANO ZERO, ANO 100, NO TERRITORIUM DE TONGOBRIGA

LINO TAVARES DIAS\*

Ao procurar seguir o desafio proposto pelo Encontro *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*, propus-me apresentar uma síntese dos resultados das escavações arqueológicas que coordenei durante mais de três décadas em *Tongobriga*. O título que propus procurava salientar os momentos que cronologicamente se demarcam na construção do sítio, afirmando o «castro romano» na charneira do século I a. C. para o século I e o planeamento urbano que afirma a cidade nos finais do século I e no século II.

Mas, num texto inserido no livro de Jorge Alves, publicado em 2017 sobre o Poder Local em Marco de Canaveses, procurei, também, refletir sobre o futuro de *Tongobriga* e, então, intitulei-o «escavar o futuro». Decidi retomar, agora, esta reflexão, para além de tentar responder ao desafio inicial que tinha proposto para abordar no Encontro de outubro de 2017. Mas, tal como então, este título parece contraditório. Como escavar o futuro de uma cidade romana?

«Tempo que há-de vir» ou «daqui em diante», são expressões de «futuro», segundo o *Grande Dicionário* de José Pedro Machado, 1981.

Em contrapartida, escavar, fazer escavação arqueológica, é trabalho que o arqueólogo realiza, com metodologia científica, para conhecer e reconstituir o passado. Escavar é sinónimo de pesquisar, investigar, procurar, explorar, segundo o mesmo dicionário.

---

\* CITCEM e CEAU, arqueólogo. ldias@ispgaya.pt.

Ao arqueólogo compete, prioritariamente, reconhecer as marcas deixadas pelo homem mas, também, é-lhe exigido que as assuma como contributos e ensinamentos primordiais para o pensamento prospetivo.

Pode argumentar-se que o «futuro» não é objetivo primordial do trabalho do arqueólogo mas, em contrapartida, e em simultâneo, é fundamental o seu contributo para o planeamento do território. Mais evidente se torna a responsabilidade quando um arqueólogo é incumbido de desenvolver gestão integrada de sítios assumidos como património cultural. Tive o privilégio de assumir estas responsabilidades ao longo de anos e, por esta razão, neste texto assumo as duas vertentes, a de arqueólogo e a de gestor de património. A primeira privilegia a investigação, o passado; a segunda defende a prospetiva, o futuro.

Começo pela abordagem do arqueólogo. Compete-lhe reconhecer as ações que o homem fez a partir dos vestígios que o tempo proporcionou, perceber os contextos em que tal aconteceu e, se possível, saber quando aconteceu.

Para tal, é indispensável a escavação arqueológica e, nela, a observação da estratigrafia dos solos, dos depósitos de «restos», objetos perdidos, ocasionais, até lixos de obra e entulhos. Sem estratigrafias é difícil, quase impossível, analisar e contextualizar um sítio arqueológico.

As estratigrafias arqueológicas e, principalmente, os resultados que elas proporcionam, são os fatores mais impressionantes com que um arqueólogo trabalha e, em muitas ocasiões, se surpreende, independentemente da monumentalidade das ruínas exumadas.

O estudo das estratigrafias é complexo, assumidamente sujeito a reinterpretações, exigente, de grande rigor científico e com obrigações de verdade.

Concentremo-nos nos resultados proporcionados pela escavação arqueológica nos terrenos da aldeia do Freixo, em Marco de Canaveses, onde iniciei escavações arqueológicas em 1980. Depois, foi a gradual identificação das ruínas da cidade de *Tongobriga*, onde as estratigrafias observadas perspetivaram que foi quase toda construída quando a cultura romana ali predominou, entre finais do século I a. C. e o século II d. C., apesar de perdurar ao longo dos séculos seguintes.

No final do século I a. C., e no início do século I d. C., foi construído um castro *ex nihilo*, com muralha de troços retilíneos. Junto dela, no lado exterior, a sul, foi construído o balneário do tipo pedra formosa. Na área interior da muralha, com cerca de 13 hectares (138.000m<sup>2</sup>), foram identificadas casas de planta circular, de arquitetura tradicional, construídas em granito e cobertura em colmo.

No final do séc. I d. C. foi feita a implantação do *Actus Quadractus*, assumida como estruturação da cidade que vai sentir-se no início do século II. A muralha foi ampliada, de modo a integrar os novos espaços públicos monumentais, embora salvaguardando a continuidade da necrópole de cremação, já existente, e que, assim, se

manteve no exterior do novo traçado. A área global de espaço intramuralha passou para cerca de 21 hectares (21.650m<sup>2</sup>).

As estratigrafias comprovaram, por exemplo, que o edifício das termas foi construído nas últimas décadas do século I. Harmonizado com a implantação e o projeto deste edifício característico da cultura urbana romana, já no início do século II foi construído um *forum*, reconhecido como espaço central onde os manuais do urbanismo «vitruviano» integravam o templo, a praça e a basílica, traduzindo a religião, o comércio e a administração da *civitas*, entendida como capital de um *territorium* assumido como unidade político-administrativa basilar na organização do Império e que no noroeste correspondia à área de cinco ou seis concelhos médios atuais.

Estas construções, que afirmaram *Tongobriga* como cidade, foram edificadas em espaços amplos, embora adjacentes ao povoado que já existia e que, segundo as estratigrafias observadas, tinha sido construído cerca de 100 anos antes, em meados e finais do século I antes de Cristo. O povoado que antecedeu a cidade foi construído com as técnicas da arquitetura castreja, conhecidas por serem casas de planta circular e com cobertura em colmo.

A estratigrafia mostrou que estávamos perante um «castro» construído em período da governação de Augusto, certamente fruto da política de motivação à mobilidade das populações, o que poderá ser entendido na afirmação do geógrafo Estrabão, segundo o qual «os romanos os pacificaram com uma política de transferência de populações, fazendo-as abandonar a habitação na montanha»<sup>1</sup>.

Sabemos que muitas destas casas «castrejas» foram demolidas no início do século II, por necessidade de promover a remodelação da urbe, a qual obrigou à criação de espaços capazes de acolher as *domus*, casas romanas de características urbanas. Nos entulhos dos alicerces das casas «castrejas», total ou parcialmente demolidas, predominavam os fragmentos cerâmicos romanos, mostrando que os construtores já usavam no quotidiano os utensílios com novas pastas, argilas, formas e fabricos que a nova economia foi introduzindo em todo o Império. De facto, foram poucas as cerâmicas castrejas recolhidas nestas estratigrafias. Isto foi fruto, certamente, da influência de quem mandara fazer o «novo castro» em terrenos em torno dos 300 metros de altitude, mais adequado às exigências romanas, preterindo os terrenos em torno dos 400 metros de altitude, onde predominavam os «castros antigos» existentes na região, tais como Arados, Quires e Soalhão, entre outros. A escavação arqueológica permitiu estudar estratigrafias que revelam que a população que construiu *Tongobriga* já usava a moeda romana, embora, em contrapartida, continuassem a usar algumas cerâmicas de fabrico local e regional, predominantemente as de maiores dimensões, talhas e *dolia*, destinadas, predominantemente, a armazenamento de cereais, vinho

---

<sup>1</sup> VELOZO & CARDOSO *ed.*, 1965.

ou azeite. Eram cerâmicas vulgares na cultura castreja do noroeste e que continuaram a ser usadas com os romanos, certamente porque continuaram a ser adequadas às necessidades de armazenamento, para além de serem de difícil transporte.

Constatamos que em *Tongobriga*, no final do século I a. C. e no início do século I d. C., foi construída uma muralha com troços retilíneos. Junto dela, no lado exterior, a sul, foi construído o balneário do tipo pedra formosa, confirmando o que Estrabão escreveu: «Dos que habitam junto do rio Douro, alguns vivem à maneira dos Lacedemónios, untam-se duas vezes ao dia e tomam banhos de vapor que fazem com pedras ao rubro»<sup>2</sup>.

A área do «castro» onde identificamos as casas de planta circular, cercada por muralha, tinha cerca de 13 hectares (138.000m<sup>2</sup>).

As casas de planta circular e com cobertura em colmo, características da arquitetura castreja, foram identificadas durante as escavações arqueológicas, as quais também permitiram afirmar que essas casas foram totalmente substituídas, em cerca de duas gerações, por casas de arquitetura romana do tipo itálico, totalmente cobertas por telha cerâmica.

Algumas destas novas casas já permitiam a circulação sequencial entre salas, enquanto outras eram casas com corredor a ligar as salas e, ainda, outras estruturavam-se em torno de um pátio central com *impluvium*.

Em *Tongobriga* também se reconhece que foi a partir de finais do século I e, ainda, durante a primeira metade do século II, que foram construídos o *forum*, as termas e o eventual teatro, todos implantados em espaços situados no sul da cidade, assumidamente no exterior da primeira muralha. A construção destes edifícios públicos, marcantes da cidade, obrigou a ampliar o espaço da urbe, de modo a salientá-los no novo urbanismo. Apesar da ampliação do espaço público para fruição da cidade, o projeto da nova urbe teve o cuidado de salvaguardar a necrópole de cremação já existente e que, por isso, se manteve no exterior do traçado da nova muralha. A área global de espaço intramuralha passou de cerca de 13 para cerca de 21 hectares (21.650m<sup>2</sup>).

A construção do conjunto de espaços e edifícios públicos que transformaram *Tongobriga* numa urbe, apesar de poder ter resultado da política *transduriana* desenvolvida desde Augusto, foi concentrada em período flaviano, já depois da governação do imperador Vespasiano entre os anos 69 e 79. Na estruturação e construção desta cidade, no final do século I e no início do século II, o *actus* foi o suporte à malha quadricular que ordenou todos os projetos, apesar da difícil implantação num terreno granítico e morfologicamente acidentado.

No entanto, o que mais surpreende é o rigor da implantação urbanística, sempre baseada no *actus quadratus*, e a qualidade dos projetos dos edifícios onde o *passus* foi usado como modelo do desenho. O uso cuidadoso destas medidas, e proporções, transmitiu ao sítio uma qualidade urbana evidenciada no *forum*, nas termas, no teatro e nas *domus*.

---

<sup>2</sup> VELOZO & CARDOSO *ed.*: 1965.

A análise da evolução do urbanismo de *Tongobriga* permitiu-nos não só confirmar que foi suportado na reprodução, nos sentidos norte/sul e este/oeste, do *actus quadratus* mas, também, confirmou a cuidadosa adaptação em vários espaços da cidade onde implantaram as construções rigorosamente segundo diagonais a 45°, harmonizando com a morfologia granítica dos terrenos. Este tipo de implantação também foi reconhecido durante as escavações arqueológicas que se concentraram no que se julga ser o teatro ou anfiteatro e que seria servido por uma rua, também ela traçada segundo uma diagonal a 45°, assumindo-se como um eixo que cortava transversalmente a área poente da cidade, desde cota mais alta até ao teatro, situado numa cota mais baixa.

Os novos sistemas de intervenção introduzidos pelos romanos nos territórios de todo o Império, realçando a novidade que representava a cidade e a *civitas*, tiveram repercussões profundas nas economias locais e no quotidiano das populações.

As alterações profundas no modo de viver foram motivadas não só pelos novos processos de organização do trabalho durante a construção da cidade, reconhecidos em *Tongobriga* pelas exigências impostas pelas grandes empreitadas dos edifícios públicos mas, também, motivados pela quantidade de mão-de-obra que passou a ser exigida para cultivar as terras envolventes da cidade e capazes de produzir alimentos suficientes para a subsistência das populações que ajudaram a construir a cidade em apenas algumas décadas.

Os novos sistemas de organização, política e social, desenvolvidos no século I terão, certamente, alterado as relações «tribais» de algumas populações, não só pelo reagrupamento social nas novas estruturas em construção mas, também, pelas alterações das relações administrativas, políticas e culturais motivadas pelas empreitadas para construção da cidade e, depois, pela especificidade da vida na urbe, com o surgimento de novas profissões, novos consumos e outros costumes.

Perante o estado atual do conhecimento, pode dizer-se que *Tongobriga* foi a cidade mais ocidental na bacia do Douro, com edifícios públicos construídos no fim do século I e início do século II, integrando um conjunto que se desenvolveu, no plano urbano e arquitetónico, durante a dinastia flaviana, o que pode ser entendida como materialização do desejo político, estratégico, expresso num «decreto» ditado pelo Imperador Augusto, em fevereiro de 15 a. C., durante a sua presença em *Narbona*. Nesse decreto mostrou vontade e decisão política para fazer ensaios de organização e de vertebração do território a Norte do rio Douro, para além de induzir e promover a ocupação territorial do que poderia constituir uma província *Transduriana*, hipótese política e estratégica romana, que não se concretizou formalmente, mas que tinha como eixo fundamental a bacia do rio Douro, atingindo a fronteira natural que o Oceano Atlântico representava, então, para o mundo.

Para a construção de *Tongobriga*, tal como aconteceu noutras cidades construídas na bacia do rio Douro, exemplificadas por *Clunia*, *Uxama*, *Tiermes*, *Segontia*

*Lanca*, *Petavonium* e *Aquae Flaviae*, foram aplicadas todas as regras da topografia e foram usadas as melhores técnicas de implantação dos edifícios, quer fossem públicos quer fossem privados. A mesma qualidade constatou-se nas técnicas construtivas que foram aplicadas para executar projetos de arquitetura e de engenharia de grande precisão, comprovando que a vontade de desenvolvimento da civilização se manifestava, também, através da intensa atividade de edificação pública e privada. Manuela Martins e Jorge Ribeiro<sup>3</sup> salienta que também *Bracara Augusta*, assumida como capital do *Conventus Bracaraugustanos* em que se integrava *Tongobriga*, foi edificada com os mesmos critérios de rigor e de acordo com as mesmas medidas, fosse o *actus quadratus*, fosse o *passus*.

Há, também, que salientar as lógicas administrativas aplicadas na infraestruturização do *territorium*, desde a cidade aos povoados secundários, aos *vici*, às estradas e aos seus traçados, desde as travessias dos rios até aos pontos de acostagem.

Foram os romanos que introduziram na paisagem deste território a «estrada», noção nova que substituiu o «caminho», o qual apenas permitia ligar pequenas distâncias, a pé ou a cavalo, usando os montes e vales que facilitavam o percurso mais curto. A estrada romana, pelo contrário, procurava ligar locais longínquos, sem deixar de servir, igualmente, os que mediavam ao longo dela. Mas, para além destas estradas terem sido construídas com o intuito de permitir a ligação entre cidades, eram traçadas e construídas de modo a que facilitassem a circulação de carros carregados com produtos, com tração de um ou mais animais, procurando conciliar as subidas e as descidas com troços sem grandes inclinações, permitindo, assim, evitar esforços exagerados e melhorar a capacidade de circulação dos produtos e das pessoas. As estradas romanas foram uma prova de planeamento que procurava maior rentabilidade, demonstrando um uso inteligente do território<sup>4</sup>. Por exemplo, neste território predominantemente montanhoso, as *mansio* e *mutatio*, enquanto áreas de serviço para troca, descanso e alimentação de animais e de viajantes que usavam as «novas» estradas, estruturaram-se em torno de distâncias de 12, 18 e 24 milhas, apoiando os percursos a partir de *Tongobriga* até Meinedo (12 milhas), até Várzea do Douro (12 milhas), até Lomba e Aboadela (12+12milhas), até Porto Manso (12 milhas) e até Santa Marinha do Zêzere (18 milhas).

No caso de *Tongobriga*, assumida como *capita viarium* e como capital de *civitas*, o seu território administrativo estendia-se até ao rio Douro, até ao Marão, até terras que atualmente são de Penafiel, Lousada, Paredes e Amarante, para além de Marco e Baião.

A malha ortogonal implantada em *Tongobriga* no final do século I continuou a servir de referência às construções, e remodelações, feitas ao longo dos séculos II,

---

<sup>3</sup> MARTINS & RIBEIRO, 2018.

<sup>4</sup> COSTA *et al.*, 2014.

III e IV. No entanto, já no século VI a basílica paleocristã foi implantada num espaço central das áreas habitacionais, sinal evidente de que o *forum* já não era o espaço central para a nova religião que contrariava o politeísmo oficial romano.

Entretanto, ao longo dos séculos, os homens medievais, modernos, e até os dos nossos dias, retiraram e serviram-se de muita pedra das ruínas de *Tongobriga*.

No final do século XX iniciámos as escavações arqueológicas. Com esse trabalho sistemático, que realizámos ao longo de mais de trinta anos, sentimos que suportamos o «futuro» daquele lugar, entretanto tornado Sítio, assumido como património cultural, reconhecido e classificado como monumento nacional.

Como apontei no início deste texto, ao explicar a sua esquematização, na primeira abordagem privilegio a investigação, o passado; na segunda defendo a prospetiva, o futuro, o que, aplicado a *Tongobriga*, é sinónimo de planeamento e de gestão integrada.

Este projeto de investigação, lançado no final de 1979, só foi viável porque tinha acontecido aquele 25 de Abril em 1974 e, com ele, a sementeira de ideias que desafiaram gerações.

Agora, reflito sobre um sítio cujas escavações arqueológicas, depois de feitos os indispensáveis estudos prévios, começaram em 20 de agosto de 1980, numa aldeia que encontrei em ruína.

Numa altura em que tanto se fala de partilha de responsabilidades institucionais entre o Estado e as Autarquias, saliento, e recorro, que em 1982, assumindo carácter pioneiro na relação entre o Ministério da Cultura e a Câmara Municipal, foi formalizado um protocolo de colaboração institucional que procurou criar sustentabilidade plurianual à investigação na «área arqueológica do Freixo». Desde então instalou-se na aldeia uma pequena equipa de investigação e compraram-se terrenos arqueológicos onde se comprovou, por prospeções e sondagens, a existência de ruínas.

Perante a monumentalidade e contexto científico das ruínas exumadas, logo em 1981 foi iniciado o processo administrativo de classificação, o qual foi concluído com a publicação em «Diário da República» em janeiro de 1986, salvaguardando 50 hectares como monumento nacional.

Em plena década de 80 do século XX, procuramos concentrar os atos inerentes à investigação sobre o próprio sítio arqueológico, reduzindo o movimento de peças recolhidas em escavação. Para suportar este objetivo construiu-se um laboratório para tratamento de acervos, conservação, estudo e depósito. A preocupação com a sustentabilidade técnica e científica do laboratório de *Tongobriga* incentivou a que formássemos técnicos e operários especializados, promovendo a empregabilidade local.

Com o decorrer dos anos foi crescendo o desafio da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, assim como o intercâmbio internacional de conhecimentos e experiências.

O projeto de intervenção, desenvolvido ao longo dos anos, teve sempre o intuito de criar mais *cultura* e, com isso, mais *identidade*, mais afirmação de quem somos e,

também, proporcionar discernimento para as opções de futuro, embora nem sempre tivéssemos conseguido tal intento perante alguma sociedade local. Procurou-se criar emprego e, com ele, maior rendimento para as famílias, mais receitas para as economias locais e regionais. Procurou-se credibilizar o papel do Estado, na medida em que lhe compete, até ao limite das possibilidades, valorizar o Património, especialmente o classificado, assumido como memória coletiva ao reconhecer as pedras que salientam as marcas seculares do homem.

Ao longo do tempo preocupamo-nos muito, também, com a divulgação do conhecimento que a investigação propiciava. Neste sentido, de entre as várias hipóteses de «valorização do património» que foram pensadas para desenvolver no Freixo até 2006, e perante as diversas metodologias que, até então, foram defendidas, decidiu-se proporcionar uma apresentação permanente de *Tongobriga* num «centro interpretativo polinuclear», capaz de acolher distintos públicos, quer tivessem diferentes níveis etários, quer tivessem diversos níveis académicos.

O tema fundamental do «centro interpretativo polinuclear» era a «construção milenar da paisagem pelo homem», abordada a partir de diversas perspetivas, respondendo aos desafios que a modernidade põe à sociedade do século XXI.

Projetou-se um discurso que desafiava o visitante a articular permanentemente o olhar, em plena complementaridade, em simultâneo, quer entre as «peças» expostas nas «vitrinas» e a ruína, quer entre estas e a paisagem envolvente. Por esta razão o edifício construído sobre espaços habitacionais romanos, situados a cota alta, foi predominantemente construído em vidro, privilegiando a interação visual.

Como exigência básica, de entre as várias opiniões em análise sobre «a forma de expor», foi a capacidade desse centro interpretativo ser equipado com suporte informativo, de base informática, inovador e moderno, capaz de aceitar atualizações diárias, desafiando à novidade científica. Não queríamos uma mera exposição de peças legendadas e, também, não queríamos correr o risco de ter um equipamento que soçobrasse no dia seguinte à inauguração, impedindo-nos de atualizar a divulgação do conhecimento que a investigação proporcionasse.

No discurso expositivo procurava-se, também, reintegrar em *Tongobriga* alguns materiais que a ela estavam associados culturalmente. Por exemplo, devia ser integrado o conjunto de miliários romanos da estrada que por lá passava, e de lá irradiava, por ser *capita viarium*. O Museu Nacional Soares dos Reis e a Câmara Municipal do Porto, gestora do antigo Museu Municipal do Porto, autorizaram formalmente o depósito, em *Tongobriga*, do miliário que integra o seu acervo. Este miliário foi recolhido em Soalhães, em 1951. Também o miliário recolhido na Quinta de Baixo, em Tuias, e que marcava a estrada romana que ligava o rio Tâmega a *Tongobriga*, deveria ser aqui depositado.

Inicialmente armazenado no museu municipal no Marco foi, no entanto, enviado em 2005 para o Museu da Pedra em Alpendurada, onde não está inserido no seu

contexto histórico, embora esteja integrado no conjunto de peças graníticas. Embora estes dois marcos tivessem sido recolhidos sem contexto arqueológico, a nossa investigação proporcionou a sua reconstituição, localização e enquadramento. Julgo que este trabalho de reajustamento e valorização das marcas deixadas pelo homem ao longo dos séculos devia ser uma preocupação permanente, não só dos investigadores, historiadores, arqueólogos e museólogos mas, também, dos responsáveis políticos.

Mas, para além da investigação e da exposição de resultados científicos, a dimensão patrimonial de *Tongobriga* exigia gestão integrada de todo o espaço classificado e do território envolvente.

Perante esta necessidade evidente e justificando-se pela importância que atribuímos ao planeamento global das atividades de investigação, de dinamização expositiva e cultural, para além da fruição qualificada das ruínas de *Tongobriga*, no início do século XXI juntaram-se arqueólogos, arquitetos, técnicos de conservação, técnicos de sistemas informáticos, entre outros cidadãos especialistas de diversas áreas do conhecimento.

Procuramos desenvolver reflexão sobre a valorização global do sítio classificado e salientaram-se duas opções, resumidamente apontadas como «concentração» de infraestruturas num único edifício de apoio ou a «dispersão» em diversos edifícios de menores dimensões.

No projeto global assumiu-se, como fundamental, a «diluição» das infraestruturas de valorização pelos 50 hectares classificados como monumento nacional, quer fossem recuperações integradas no núcleo construído da aldeia, quer fossem construções novas implantadas em harmonia com a malha urbana romana que tinha sido identificada durante a nossa investigação.

Depois de analisadas as várias hipóteses técnicas e metodológicas, foi decidido desenvolver em *Tongobriga* um sistema de valorização suportado, prioritariamente, na recuperação de pequenos edifícios dispersos no espaço classificado, e que respondessem às diversas necessidades. Em simultâneo, no caso de insuficiência, ou desadequação, dos edifícios existentes, foi decidido projetar construções novas. O sítio exigia uma receção para acolhimento dos visitantes, um auditório para cerca de 80 lugares, um núcleo expositivo sobre a vida quotidiana (edificado sobre área habitacional), um núcleo expositivo sobre o ritualismo da morte (edificado sobre a necrópole de cremação), uma oficina para apoio técnico, uma reserva para espólio arqueológico e, ainda, um restaurante. Apesar de, aparentemente, serem projetos óbvios, realçamos algumas especificidades das intervenções neste sítio patrimonial. Por exemplo, nesta aldeia não existe saneamento básico e, por isso, a construção de sanitários públicos, de qualidade, tornou-se em peça de arquitetura específica e complexa porque todo o subsolo tem ruínas.

Realço a intransigente defesa da perspetiva de reversibilidade em todas as intervenções contemporâneas, por mais reduzidas que sejam as infraestruturas a construir.

Realço, também, que a importância de um sítio arqueológico é tanto maior quanto mais fortemente contribua para o aumento do conhecimento do homem e, por isso, todo o revolvimento de solos ou de edifícios foi salvaguardado por prévia escavação arqueológica, inserida na investigação permanente, suporte indispensável e prioritário em toda a abordagem ao território, por mais reduzida que pareça ao cidadão leigo.

No planeamento feito até 2013 estava assumida, como fundamental, a preocupação com a investigação, de campo e laboratorial, em simultâneo, buscando a reconstituição da paisagem antiga, materializada, depois, em projetos de reconstituição e de reabilitação. Procurava-se promover a fruição qualificada que permitisse perspetivar, e valorizar, a memória para distintos públicos.

As intervenções em *Tongobriga* desenrolaram-se, em contínuo, ao longo de mais de três décadas e, por essa razão, é fundamental avaliar, criticar com rigor, viabilizando perspetivas de futuro realistas.

Neste sentido, pensar o «futuro» de *Tongobriga* merece empenhamento estratégico, quer de âmbito científico, quer de âmbito financeiro e político.

Os 50 hectares classificados, assim como os envolventes, continuam e exigem preocupações de gestão, quer de carácter administrativo que o salvaguardem e ampliem, quer de carácter científico que reforcem a sustentabilidade do conhecimento, quer de carácter técnico que garantam a conservação de ruínas e espólios arqueológicos, quer de carácter divulgativo que garantam a apresentação do conhecimento, quer de carácter museológico que valorizem os desafios expositivos.

Algumas das preocupações, embora sintetizadas, podem apontar para algumas medidas. Proponho algumas medidas que, a título de exemplo, julgo oportunas.

Todos os terrenos situados no interior da área classificada como monumento nacional deveriam ser intransigentemente defendidos, quer aplicando medidas que impeçam os revolvimentos descontrolados dos solos, limitem a florestação e o uso para qualquer fim agrícola. São terrenos onde existem ruínas e valores arqueológicos que não podem ser afetados, mesmo que parcialmente.

É fundamental que se façam escavações arqueológicas nos terrenos das encostas norte, nascente e poente, onde existem ruínas evidentes de habitações. Estas escavações permitirão aprofundar e esclarecer muitas dúvidas que existem sobre as cronologias e as fases de construção do «castro» e da cidade. Recordo que na encosta nascente, onde foi construído, sobre ruínas, um tanque privado para combate a incêndios e onde foi feita intensa florestação, existem testemunhos evidentes de ruínas que ainda podem ser recuperados, apesar do revolvimento dos solos e da afetação que tal provocou nas estratigrafias arqueológicas.

Os terrenos situados a norte, quando escavados, poderão proporcionar conclusões sobre os alinhamentos do urbanismo, certamente reconhecido por novas *domus* e outros edifícios.

Os trabalhos de escavação dos espaços do eventual teatro, ou anfiteatro, foram injustificadamente interrompidos em 2013. Julgo que o aprofundamento desta investigação deveria ser prioritária na medida em que é determinante para a definição do estatuto da cidade romana.

Também as ruínas da basílica paleocristã exigem que a escavação arqueológica seja retomada. Estas ruínas, que estão debaixo da atual Igreja Paroquial do Freixo, foram interpretadas como sendo da basílica mais antiga da Diocese do Porto.

A valorização da ruína desta basílica paleocristã obrigará a escavar, com metodologia arqueológica, todos os terrenos do adro sul, para além de obrigar a intervir, de novo, no interior do edifício, procurando recuperar as ruínas, e os mosaicos, que ainda existam. Estes vestígios são demasiado importantes para a cultura, e para a religião, para que permaneçam em más condições de conservação, debaixo do soalho. A perspetiva redutora que existiu, impedindo boas soluções, tem que ser substituída por uma intervenção inteligente e cientificamente arguta que dignifique o sítio e o seu significado.

Num sítio como *Tongobriga*, onde as condições técnicas existentes facilitavam a escavação sistemática durante vários anos, acumularam-se observações estratigráficas e os correspondentes materiais referenciados. Nestas condições torna-se prioritário o desenvolvimento o estudo de «todo» o espólio, quer o existente em arquivo, quer o armazenado nas reservas. Apenas alguns milhares das peças integraram as estratigrafias que foram selecionadas para publicação em 1995 e em 1997. Muito trabalho de laboratório tem que ser desenvolvido e, certamente, as modernas metodologias transdisciplinares poderão proporcionar novos conhecimentos.

Também poderiam ser reajustadas as estratégias de valorização e de uso de *Tongobriga*.

Por exemplo, o espaço envolvente do restaurante, junto do *forum* e das termas merece reflexão. Para que possamos compreender melhor aquele espaço, situado a nascente do *forum*, é fundamental que seja feita a escavação arqueológica dos solos que estão sob o traçado da atual estrada municipal, pavimentada com cubo granítico. Ao mesmo tempo, será fundamental pensar no seu desvio, proporcionando cuidadosamente um novo perfil de «via rural», eventualmente traçada no lado nascente do restaurante. É uma estrada dentro de um sítio arqueológico único e, por isso, condicionada à existência de ruínas, as quais devem ser assumidas como prioritárias.

Neste espaço envolvente do *forum* é fundamental demolir a totalidade das construções abarracadas, espúrias, que ali vão teimosamente permanecendo contra as lógicas ambientais, e cívicas, exigidas num sítio classificado como monumento nacional.

Também a investigação realizada nos terrenos situados a sul do *forum* já permite reajustar as perspetivas interpretativas que existiam para o traçado da estrada romana. Parece agora evidente que o traçado da via romana corresponde ao que ainda existe como estrada municipal, embora o piso original, talhado no penedo granítico, esteja sob o atual pavimento empedrado com cubos de granito. Em contrapartida,

julgo, agora, dever alterar uma interpretação que apontara para a existência de uma estrada romana pelo monte, confundida com trilhos que existem, bem marcados, no afloramento granítico. Não temos comprovação de que esses trilhos sejam romanos. Foram feitos pelos rodados dos carros que cruzaram o monte em várias direções para transportarem a pedra «roubada» das ruínas em períodos medievais e posteriores. Ao percorrer esses trilhos os carros sobrepuseram-se e pisaram vestígios de sepulturas romanas de cremação, evidenciando o uso dos solos *post quem* aos enterramentos. Provavelmente, quando passavam com os carros por cima, carregados de pedra retirada das ruínas, os homens, medievais ou modernos, não sabiam o que ali tinha existido.

As autoridades nacionais e regionais que tutelam o Património Cultural devem ter a coragem de reconhecer os desafios permanentes com que estão confrontados. Neste sentido será importante que reconheçam que devem ser reinterpretadas, e redimensionadas, com audácia, as perspetivas museológicas que *Tongobriga* pode propiciar.

Neste sentido, julgo que é importante redimensionar qualitativamente a receção dos visitantes, especialmente os que abordam o sítio arqueológico pelo lado sul, onde se identificam os espaços das necrópoles de cremação.

Também a escavação destas necrópoles deveria ser ampliada até ao limite do espaço classificado, quer nos espaços envolventes da antiga escola primária quer, principalmente, nos terrenos envolventes da serração onde, recentemente, foram feitos cortes de árvores.

Mas, o redimensionamento das perspetivas museológicas de *Tongobriga* merecia que esta cidade romana fosse lida em plenitude com os territórios envolventes, com plena transparência entre a luz natural, os espólios, as ruínas e a paisagem milenar. E isto não se consegue com tradicionalismos que metem peças arqueológicas em vitrinas iluminadas por estarem em salas escuras artificialmente, mesmo que para tal tivessem que ser alterados os projetos iniciais aprovados.

A ousadia de perspetivar o futuro não é apanágio do arqueólogo, mesmo que seja assumida como mera proposta de trabalho sobre um sítio arqueológico, mesmo que seja uma forma de olhar o mundo em processo de mudança. Mas para o arqueólogo o reconhecimento do impacto nas sociedades, e dos cidadãos, é um desafio. A dificuldade de gerir o ciclo de crescimento e, cada vez mais, o ritmo da informação, parece complicar a governação do futuro.

Em contrapartida, as décadas de investigação científica sobre o território de *Tongobriga* incentivam a luta em defesa da reinvenção cultural dos sítios patrimoniais, exaltando a descoberta permanente que a arqueologia, enquanto ciência, proporciona, dimensionando os nossos desafios do quotidiano e a descoberta da arquitetura espacial dos territórios.

O reconhecimento do trabalho milenar que o homem desenvolveu sobre um território é a prova de que há sempre amanhã. Os ensinamentos reconhecidos propõem que amanhã tudo estará melhor.

Investigar um sítio, um território, permite conhecer mais e melhor, e isso é uma tarefa para a vida inteira.

## BIBLIOGRAFIA

- CHARLES, Rocha; DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (2015) – *Tongobriga Reflexões sobre o seu Desenho Urbano*. Porto: CITCEM/Afrontamento.
- COSTA, L.; PACHECO, E., SOARES, L., TAVARES, L. (2014) – *O uso inteligente do território para a mobilidade na romanização*. In *Actas XIV Colóquio Ibérico de Geografia*, Guimarães: [s.n.].
- DIAS, Lino Tavares (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico – Ministério da Cultura.
- (2007) – *Paisagem, Tempo, Memória na região norte de Portugal*. In VARELA CAMPOS, Paz, coord. – *IV Congresso Internacional sobre Musealización de Xacementos Arqueolóxicos: conservación y presentación de xacementos arqueolóxicos no medio rural*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 37-46.
- (2010) – *Povoamento Romano na Bacia do Douro: A criação de cidades. Tongobriga e o Territorium*. In *Atas Colóquio Internacional «Patrimonio Cultural y territorio en el Valle del Duero. Zamora 28-30 marzo 2007*. Valladolid: Junta de Castilla y León, p. 33-52.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge (2018) – *O urbanismo de Bracara Augusta: modelo e especificidades no contexto do NO peninsular*. In DIAS, Lino Tavares, coord. – *Construir, navegar, (re)usar o Douro da Antiguidade*. Porto: CITCEM.
- VELOZO, Francisco José; CARDOSO, José, ed. (1965) – *Estrabão: Livro III da «Geografia» – Primeira contribuição para uma nova edição crítica*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. (Studium Generale Amphitheatrum, IX).



Fig. 1. Depois de realizados os indispensáveis estudos prévios, as escavações arqueológicas começaram em 20 de agosto de 1980, no lugar da «capela dos mouros», da aldeia do Freixo, que encontrei com várias casas em ruína.



Fig. 2. As primeiras sondagens e escavações, em 1980, foram feitas no lugar conhecido por «capela dos mouros», em terrenos usados para olival e para plantação de milho.



Fig. 3. No final do século I a. C., e no início do século I d. C., foi construído um castro ex nihilo, com muralha de troços retilíneos. Junto dela, no lado exterior, a sul, foi construído o balneário do tipo pedra formosa. Na área interior da muralha, com cerca de 13 hectares (138.000m<sup>2</sup>), foram identificadas casas de planta circular, de arquitetura tradicional, construídas em granito e cobertura em colmo.

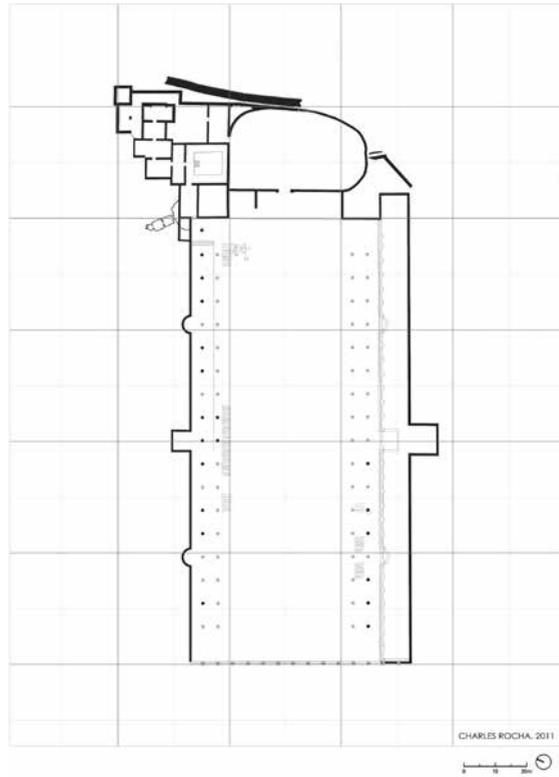
No final do séc. I d. C. foi feita a implantação do Actus Quadractus, assumida como estruturação da cidade que vai sentir-se no início do século II. A muralha foi ampliada, de modo a integrar os novos espaços públicos monumentais, embora salvaguardando a continuidade da necrópole de cremação, já existente, e que, assim, se manteve no exterior do novo traçado. A área global de espaço intramuralha passou para cerca de 21 hectares (21.650m<sup>2</sup>).



**Fig. 4.** No final do século I a. C. e no início do século I d. C. foi construída uma muralha com troços retilíneos. A área interior da muralha, onde foram identificadas casas de planta circular, era de cerca de 13 hectares (138.000m<sup>2</sup>). Junto desta muralha, no lado exterior, no final do século I a. C., foi construído um balneário de tradição indígena, totalmente escavado na rocha, confirmando o que Estrabão escreveu sobre os povos do noroeste da Ibéria: «Dos que habitam junto do rio Douro, alguns... juntam-se duas vezes ao dia e tomam banhos de vapor que fazem com pedras ao rubro». Fonte: VELOSO & CARDOSO ed., 1965.



**Fig. 5.** Nos espaços habitacionais a fase de urbanização realizada no início do século II obrigou à desmontagem das casas construídas no século I. Sobre os alicerces das casas de planta circular a arquitetura romana construiu de acordo com a ortogonalidade dos *actus quadratus*, em espaços que permitiam observar as paisagens envolventes. Foi este espaço que serviu, já no século XXI, para instalar o núcleo expositivo sobre a vida quotidiana de Tongobriga, onde se procurava valorizar, naturalmente, a relação com as paisagens envolventes.



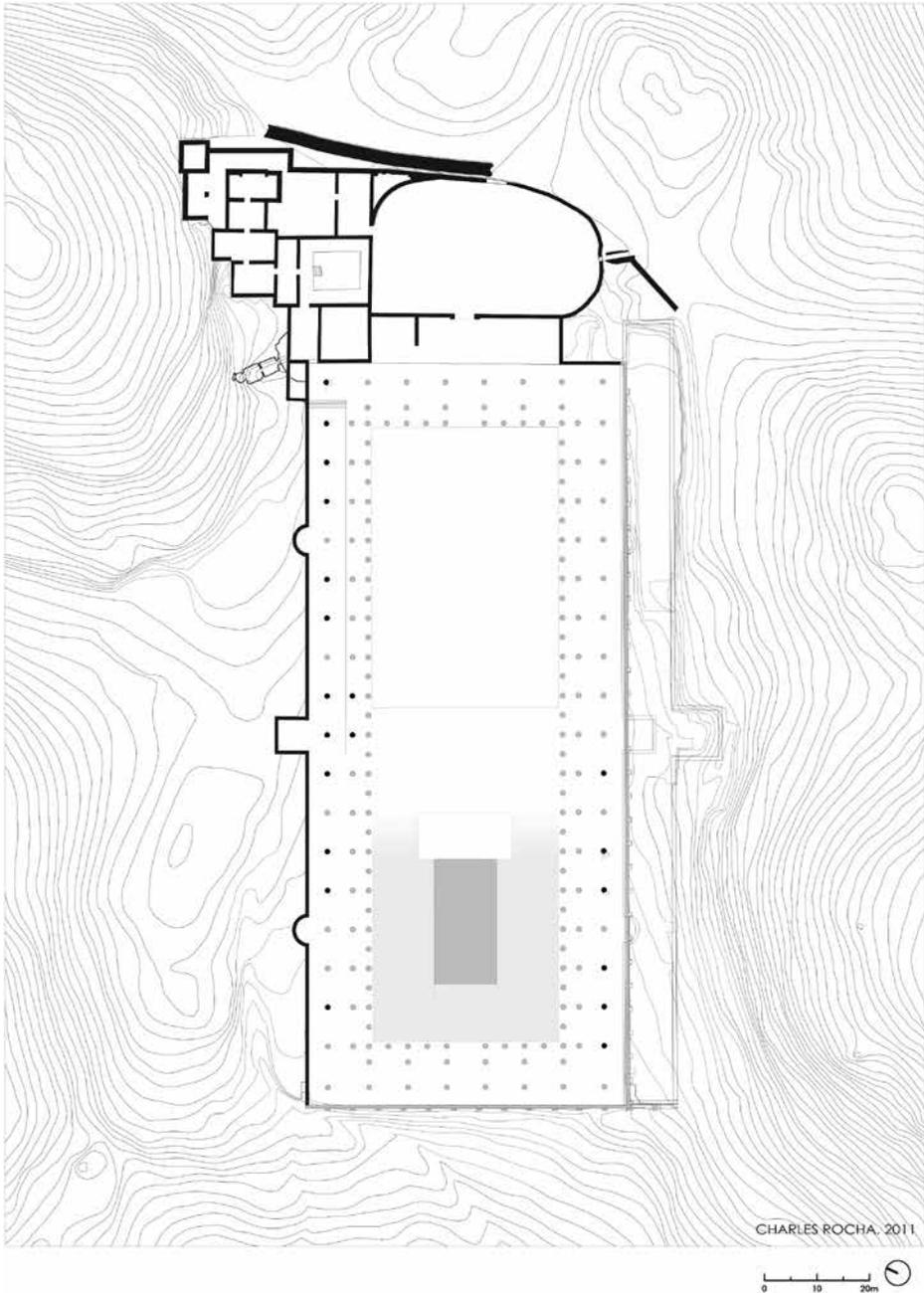
**Fig. 6.**

O enquadramento do Forum e das Termas, ambos construídos no final do século I e início do século II, seguiu com rigor a implantação regulada pelo *Actus Quadractus*.



**Fig. 7.** Em Tongobriga, tal como fizeram em todas as cidades do Império, os romanos construíram um *Forum*, assumido como centro da cidade onde construíram edifícios religiosos, administrativos e comerciais, em torno de uma praça central.

O conjunto monumental, edificado a partir da governação de Vespasiano, ocupava cerca de 10.000 m<sup>2</sup>, implantado rigorosamente no desenho urbano cuja matriz foi o *actus quadratus*.



**Fig. 8.** Reconstituição do *Forum*. O desenho, que resultou da análise dos elementos identificados em escavação arqueológica, permite afirmar que era um espaço marcado por quatro pórticos de três colunas. O corpo central do *Forum* dividia-se em dois espaços: a praça de 1 *actus* de largura e 1,5 *actus* de comprimento, e o templo. O eixo central, que separava os dois espaços, era marcado pela relação visual entre as duas absides quadradas, situadas nos lados norte e sul do *Forum*.



**Fig. 9.** A pequena aldeia do Freixo instalou-se, ao longo dos séculos, predominantemente, sobre espaços habitacionais da cidade de Tongobriga, reaproveitando muita pedra das suas ruínas.



**Fig. 10.**

A escavação arqueológica, e a observação topográfica, permitem induzir a existência de uma muralha que ampliou o espaço urbano do século I. O trabalho intenso de talhe dos afloramentos graníticos permitem apontar alguns dos traçados dessa eventual muralha, assim como permite localizar algumas das eventuais «portas».



Fig. 11. O edifício das termas, cuja parte coberta ocupava um *actus quadratus*. Foi implantado de acordo com o plano urbano da cidade, em época de governação de Vespasiano. O projeto do edifício foi desenhado com base na proporção do *passus*, em todas as salas (*frigidarium*, *tepidarium*, *caldarium*, *apoditerium*), nos corredores e nas salas de apoio ao funcionamento.

A estrada municipal que atravessa a aldeia do Freixo sobrepõe-se em quase todo o seu traçado a ruas e ruínas romanas e, nesta zona das termas, está, com grande probabilidade, sobreposta às ruínas do troço tardio da muralha que, ali, demarcava os espaços de enterramento, evidenciados pelas necrópoles de cremação identificadas com cronologias desde o século I até ao IV, e cuja investigação é fundamental.

A alteração do traçado da estrada permitirá determinar a riqueza arqueológica de todo o espaço.



Fig. 12. No século II, em tempo da governação de Marco Aurélio, o espaço da palestra das termas foi ocupado com a construção de uma *natatio*, piscina ao ar livre, também respeitando a proporção do *passus*.



Fig. 13. Em toda a cidade é notório o trabalho de talhe dos afloramentos graníticos para servirem de alicerce dos edifícios. No caso das termas também é notória a construção contrafortada, diretamente adossada ao afloramento adequadamente talhado.



Fig. 14. Nos afloramentos graníticos nas zonas situadas a sul do *forum* também foram identificados muitos talhes. Embora sejam de interpretação difícil, julgo tratar-se de sulcos provocados pelos carros de bois que ali foram carregar a pedra, em momentos de cronologia incerta, medieval ou posterior, quando «roubaram» muita pedra das ruínas do *forum*.